

Brasil mostra que está pronto para negociar

O governo Collor começa a conversar com o Fundo Monetário Internacional após quatro meses e meio da posse, para obter um crédito de US\$ 1,4 bilhão. Mais importante do que o crédito é que o acordo com o FMI abre as portas para negociar com os países-membros do Clube de Paris e, afinal, com os bancos internacionais. E as negociações não começaram antes porque o Brasil queria dispor de um trunfo: uma demonstração de que a política econômica começa a dar certo, ou seja, de que são possíveis o equilíbrio das contas públicas e a diminuição substancial da inflação.

“Começo a acreditar que vai dar certo”, afirma o economista Alberto Sozin Furuguem, ex-diretor da Área Bancária do Banco Central e que dirigiu o Departamento Econômico do BC nos anos críticos de 1982 e 1983, quando o Brasil ficou insolvente e precisou até de um empréstimo direto do governo norte-americano para fechar as contas externas.

A conversa com o FMI é sobre temas conhecidos: a área fiscal, a política monetária e a política cambial. “Mas a questão central — diz Furuguem — é se a política vai ou não ter êxito em controlar a inflação. A inflação não aparece de forma explícita na negociação, mas é a questão final. Se você tem êxito no plano de estabilização e consegue um bom superávit comercial, atendeu às variáveis básicas. Mas se há inflação, qualquer desvio nas metas de déficit público — 0,2% por exemplo — já são cobrados.”

O que o Brasil discute com o FMI		
Principais pontos das negociações antes e depois do Plano Collor		
	Até 15 de março	Agora
Contas públicas (ou o problema fiscal)	Déficit projetado em 8% do PIB (economistas previam mais)	Superávit estimado em 1,2% do PIB (economistas calculam que ainda há déficit — 1 a 4% do PIB)
Moeda	Expansão dos meios de pagamento de 12.403% em fevereiro (dados anualizados)	Expansão dos meios de pagamento de 9,1% em todo o segundo semestre
Câmbio	Estimativa de defasagem do dólar entre 25 e 50%	Redução da defasagem com correção real do dólar de 18% (estimativa)
Área externa	Pagamento dos juros atrasado desde julho	Atrasos mantidos. Pagamento simbólico ao Clube de Paris

Antes e depois

Entre o fim do governo Sarney e agora, o governo avançou em todas as questões centrais que discutirá com o FMI:

1. Em 1989, o déficit operacional (do qual são excluídas as correções monetária e cambial) atingiu 4,3% do PIB (Produto Interno Bruto, tudo o que os brasileiros produzem num ano), e estava previsto em 8% do PIB para 1990, se nada fosse feito. Mas o governo aplicou um IOF sobre ouro, ações e **overnight** a 16 de março; obteve maior arrecadação com o efeito Tuma (medo dos contribuintes); permitiu o pagamento em cruzados de impostos até 18 de maio; e iniciou uma re-

dução do Estado, cortando pessoal e gastos. A estimativa oficial, agora, é de um superávit de 1,2% do PIB este ano.

A maioria dos economistas acredita que, em vez de superávit, haverá algum déficit, mas a situação fiscal será muito melhor. “Um déficit de 2% ainda seria bom resultado. Mas não é possível ter superávit. Só se pode garantir isso **a posteriori**”, diz Furuguem.

2. A moeda estava solta no fim do governo, alimentando a inflação, e os meios de pagamento (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) estavam crescendo a uma taxa anualizada de 12.403% até fe-

vereiro — calcula um conglomerado privado. Mas depois do Plano, operando em cruzeiros, o Banco Central foi liberal com a moeda, aponta Furuguem: os meios de pagamento cresceram 123,2% em março, 102,7% em abril, 34,8% em maio e, mesmo em junho, aumentaram 11,9%. A política só ficou mesmo apertada a partir de julho — concordam economistas tradicionalmente críticos.

3. A política cambial vai dando resultados, e Furuguem calcula, com base no IPA (Índice de Preços no Atacado), que o dólar comercial (livre) já avançou cerca de 18% sobre a inflação, entre abril e junho. “E vai continuar a desvalorização real do cruzeiro”, admite, mesmo que não seja necessário produzir mais superávit comercial. “Os resultados da balança comercial, que dependem da taxa cambial, são compatíveis com a meta de um superávit de US\$ 13 bilhões este ano. Mas se aumentarem as importações, haverá espaço para maior valorização do dólar.”

As negociações com o FMI não são rápidas. A missão chegou esta semana, levará mais de um mês para fazer um relatório final, após consultas à sede, em Washington, e o relatório ainda terá que ser aprovado pela diretoria do Fundo, que tem três semanas para deliberar. “Se um acordo for aprovado até a próxima reunião do FMI, em Washington, no final de setembro, teremos andado muito depressa”, julga Furuguem.

Fábio Pahim Jr.